



RIA FORMOSA **POLIS LITORAL**

REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2015

Índice

INTRODUÇÃO.....	4
I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	5
II. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	11
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	14
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	17
A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	17
B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	18
C. FISCALIZAÇÃO	22
D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC) / FISCAL ÚNICO	23
E. AUDITOR EXTERNO.....	24
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA	26
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES.....	26
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	26
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS	29
D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO.....	30
E. SÍTIO DE INTERNET	30
F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL	30
VI. REMUNERAÇÕES	33
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	33
B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.....	33
C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	33
D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	33
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	36
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL	38
A. ESTRATÉGIAS ADOTADAS.....	38
B. POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE	41
C. FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL:	41
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	45

Anexo 1 – Declarações dos membros do Conselho de Administração sobre conflitos de interesse

Anexo 2 – Declarações dos membros do Conselho de Administração sobre decisões que envolvam os seus próprios interesses

Anexo 3 – Relatório e parecer do Fiscal Único

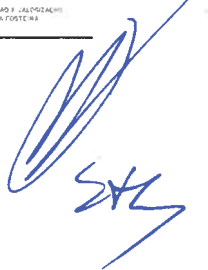
Anexo 4 – Práticas de boa governação societária – Grelha de validação

h

STZ

I.

Missão, Objetivos e Políticas



INTRODUÇÃO

O setor empresarial do Estado (SEE) representa uma parte importante da atividade económica nacional e desempenha um importante papel económico e social, dada a sua atuação setorial e geográfica.

O presente Relatório de Governo Societário da Polis Litoral – Ria Formosa, S.A. (Sociedade) decorre do facto de, em 12 de fevereiro de 2016, a Direção-Geral de Tesouro e Finanças, através do ofício circular n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016, (Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015), ter dado nota do enquadramento a observar no processo de prestação de contas de 2015.

A norma seguida pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. para o seu modelo de governo é, em primeiro lugar, a inserta no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 191, e que se refere ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSEE).

É pois hoje claro que o bom governo das empresas tem um valor económico e social fundamental, quer para as próprias empresas, quer para as economias em que estas se inserem.

É com este enquadramento, precedido do correspondente juízo de valor sobre a sua adequabilidade, em função da dimensão da Sociedade e das suas demais características, que reportamos sobre o Governo desta Sociedade.

Nos termos do n.º 2, do art.º 54.º, do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, procedeu-se ainda ao pedido de emissão de Parecer por parte do Fiscal Único, o qual se encontra em anexo ao presente documento.

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa

A Polis Litoral – Ria Formosa, S.A. tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na “Ria Formosa”, no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria Formosa, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, aprovado pelos acionistas na reunião da Assembleia Geral de 3 de dezembro de 2010, atualmente promovida pelo Ministério do Ambiente, que envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização ambiental, tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais, definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho.

Esta é a missão que a Sociedade prossegue e que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 90/2008, publicado em 3 de junho, que a constituiu.

O Capital Social da Polis Litoral - Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, é de 22.500.000 €, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e as Câmaras Municipais de Loulé, Faro, Olhão e Tavira, respetivamente com, 63% (14.175.000 €), 3% (675.000 €), 14% (3.150.000 €), 11% (2.475.000 €) e 9% (2.025.000 €).

2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

Na prossecução da sua missão e dos seus objetivos, a Sociedade tem desenvolvido um conjunto de diversas atividades que, considerando 2015, estão melhor detalhadas no ponto 5.3, do Capítulo 5, do Relatório e Contas 2015. Estas atividades contemplam, entre as mais relevantes:

- A conclusão do estudo de mobilidade e navegabilidade na laguna;
- A conclusão dos Projetos de Execução;

- A execução de concursos diversos para a realização de várias empreitadas e respetivas fiscalizações, a iniciar em 2015 e 2016;
- Continuação dos processos de tomada de posse das edificações ilegais situadas em Domínio Público Marítimo;
- Conclusão da empreitada de Intervenção e Requalificação dos Ilhotes (Ratas, Côco, Altura, Cobra, Ramalhetes) e Ilha Deserta;
- Execução da empreitada de Intervenção e Requalificação da Península do Ancão (Nascente e Poente) – 1.ª Fase;
- Execução da empreitada de Requalificação das Quatro-Águas - Tavira - Bloco A;
- Execução da empreitada do Plano de Praia dos Cavacos;
- Execução da empreitada do Parque Ribeirinho do Ludo – 1ª Fase;
- Execução da empreitada do Parque Ribeirinho de Olhão – Renaturalização dos Tanques de Piscicultura;
- Execução da empreitada de Requalificação Paisagística da Marginal entre Pedras d'el-Rei e Santa Luzia;
- Execução da empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 1. Tavira;
- Execução da empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 2.1. Faro / Olhão;
- Execução da empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 2.2. Esteiro do Ramallete / Barra do Ancão;
- Execução da empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 3.1. Armona;

Porque a existência da Sociedade (Entidade Pública Reclassificada – EPR) é limitada no seu âmbito [(neste momento tem data de dissolução prevista para 31 de dezembro de 2016) e na componente financeira (neste momento o investimento previsto está limitado a aproximadamente 87 milhões de euros)], esta tenta implementar o previsto em Plano Estratégico atendendo, naturalmente, às diversas condicionantes e constrangimentos incidentes e que melhor estão detalhados, quer no seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) quer no seu Relatório e Contas (RC) que, anualmente, produz e envia aos Acionistas.

3. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Neste enquadramento, verifica-se que foram já várias as ações concluídas fisicamente e que são exemplo: a execução das Demolições e Remoção dos Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens da Área de

W
S



intervenção do Polis Litoral Ria Formosa; as Demolições, Remoção de Resíduos, Limpeza do Areal e Leito da Ria na Ilha da Armona – Núcleo da Fuseta; a Empreitada de Demolições e Remoção dos Resíduos Existentes no Ilhote entre Coco e Ratás; as Demolições de Edificações em Risco de Derrocada na Zona Poente da Península do Ancão – Intervenção de Emergência; a Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar da Ilha da Armona – Núcleo da Fuseta – Intervenção de Emergência – Fase 1; a Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona – Canal da Fuseta – Intervenção de Emergência; a Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar da Ilha da Armona – Núcleo da Fuseta – Fase 2; a Reposição das Condições de Navegabilidade na Área de Manobra do Cais da Ilha da Armona – Intervenção de Emergência; a Reabilitação da Barra Nova da Fuseta – Intervenção de Emergência; a Adaptação e Reabilitação de Pontes-cais de Acesso às Ilhas Barreira; o Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo-Turísticos e Táxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira; a Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas; a empreitada para a Requalificação do Centro de Educação Ambiental de Marim e a empreitada do Parque Ribeirinho de Faro; a empreitada do PIR dos Ilhotes e Ilha Deserta, a empreitada de Requalificação do Acesso Viário às Quatro Águas – Bloco A; a empreitada do Plano de Praia dos Cavacos; a empreitada do Parque Ribeirinho do Ludo – 1ª Fase; a empreitada do Parque Ribeirinho de Olhão – Renaturalização dos Tanques de Piscicultura; a empreitada de Requalificação Paisagística da Marginal entre Pedras d'el-Rei e Santa Luzia; a empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 1. Tavira; a empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 2.1. Faro / Olhão; a empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 2.2. Esteiro do Ramalhete / Barra do Ancão e a empreitada de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco – Intervenção 3.1. Armona.

Estão também para início imediato em 2016 a execução de duas empreitadas, designadamente o Parque de Estacionamento Exterior à Ilha de Faro e a Requalificação dos Acessos à Ilha de Faro.

Para execução em 2016, encontram-se já em concurso de contratação da empreita do Prolongamento Norte do Parque Ribeirinho de Faro e aguarda-se pelas sentenças judiciais que permitiram a realização das empreitadas do PIR da Culatra – Núcleo do Farol Nascente e do PIR da Culatra – Núcleo dos Hangares, que possuem já o visto prévio do Tribunal de Contas.

Ainda para executar em 2016, serão de seguida lançados os procedimentos para a contratação de novas empreitadas de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco.

Já no que se refere às políticas e orientações estratégicas, o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão, tem desenvolvido a sua atividade prossequindo as seguintes políticas e orientações estratégicas:

- Observação das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos Acionistas;

- Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente, garantindo os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade;
- Melhoria da gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económicas, social e ambiental;
- Informação e divulgação das atividades, de acordo com a legislação e outras orientações dos Acionistas.

Os objetivos da Sociedade mais não são do que a implementação do Programa Polis Litoral para a Ria Formosa, conforme definido no seu Plano Estratégico, ajustado anualmente, por vontade dos Acionistas, no âmbito do PAO. Já quanto ao grau de cumprimento daqueles, temos que, em sede de R&C 2015, foi observado que para o ano de 2015 foram cumpridas, na generalidade, as metas fixadas inicialmente, dados os condicionamentos abaixo expostos, tendo a Sociedade desenvolvido as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

Em 2015 finalizaram-se a totalidade dos projetos que estavam no ano anterior em fase avançada. Foi sobretudo o ano de execução de um grande número de empreitadas com enquadramento de financiamento comunitário no POAlg21 e também na candidatura - "Proteção e Defesa da Zona Costeira e Lagunar da Ria de Formosa" - que visa a prevenção do risco referente a projetos, pelo POVT.

Afinal, refere-se também que em 2015:

- a Sociedade está limitada na sua ação pelo deliberado, pelo Acionista maioritário, na sua Assembleia Geral realizada em 03 de dezembro de 2013, que obriga a *"considerando a circunstância de algumas fontes de financiamento da intervenção não estarem devidamente asseguradas, entende-se que o Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano de Atividades ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento"*;
- o atraso significativo na aprovação das candidaturas de "Parque Ribeirinho do Ludo" e "Parque Ribeirinho de Olhão" pelo POAlg21, atrasou o início da execução destas empreitadas;

- a confirmação que também em 2015, a CMVRSa, não acionista da Sociedade, não reuniu as condições financeiras que permitissem o lançamento da empreitada “Ligação Pedonal em Cacela (Fábrica) e Manta Rota”, que possuía já contratos de financiamento com o PIT e com o POAlg21;
- a dificuldade em transferir algumas ações (cujo projetos se encontravam aprovados) da prioridade B para a prioridade A, da candidatura “Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa” – projetos, empreitadas e fiscalização, o que não permitiu o lançamento de algumas empreitadas e alteração da modelo de financiamento de outras;
- o facto das empreitadas terem sido adjudicadas por valores inferiores aos previstos no orçamento e o rigoroso acompanhamento técnico e financeiro da execução das empreitadas, baixou em termos financeiros a execução, prevista, da Sociedade para 2015;

o que só por si inviabilizou melhor desenvolvimento da Intervenção.

Em resumo, poderá ser afirmado que os objetivos descritos têm vindo a ser cumpridos, tendo em conta o desenvolvimento plurianual da Intervenção e a disponibilidade de financiamentos.

4. Indicação de fatores chave de que dependem os resultados da empresa

Os principais problemas atualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- Financiamento de expropriações e realojamentos;
- A conclusão da subscrição do Capital Social por um dos Acionistas, Câmara Municipal de Olhão, uma vez que os restantes municípios, entretanto, concluíram a sua participação;
- A obtenção da contrapartida nacional do financiamento em alguns projetos;
- Garantia de obtenção da totalidade do Financiamento Comunitário, tal como previsto no Plano Estratégico;
- Tomada de posse das edificações ilegais localizadas em DPM.



II.

Estrutura de Capital

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de Capital

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos, é de 22.500.000,00€, representado por 22.500 ações com valor unitário nominal de 1.000€ e subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos Acionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respetivamente.

No final do período, em 31 de dezembro de 2015, encontrava-se realizado 93,58% do Capital Social da Sociedade, no valor total de 21.056.300,00€, conforme expresso no seguinte quadro:

Acionista	Previsto			Realizado em 31.12.2015	
	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Estado	14.175.000 €	63 %	14.175	14.175.000 €	100 %
Câmara Municipal de Faro	3.150.000 €	14 %	3.150	3.150.000 €	100 %
Câmara Municipal de Olhão	2.475.000 €	11 %	2.475	1.031.300 €	41,7 %
Câmara Municipal de Tavira	2.025.000 €	9 %	2.025	2.025.000 €	100 %
Câmara Municipal de Loulé	675.000 €	3 %	675	675.000 €	100 %
Total	22.500.000 €	100 %	22.500	21.056.300 €	93,58 %

Os municípios de Tavira e Loulé garantiram a realização da totalidade da sua participação no Capital Social no início de 2015, restando assim somente ao Município de Olhão efetuar a realização da totalidade do seu Capital Social.

2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

A titularidade e/ou transmissão de ações, de acordo com os estatutos da Sociedade expressos no DL n.º 92 /2008, de 3 de junho, estabelece no número 2, do Art.º 5, que o Capital Social pode ser aumentado por subscrição a realizar em dinheiro ou em espécie, por uma ou mais vezes, mediante deliberação dos acionistas a tomar em assembleia geral a convocar para o efeito, podendo delegar no Conselho de Administração a definição dos termos precisos em que a mesma deva ocorrer, pelo que se considera não existirem limitações ao aumento de capital.

A Sociedade tem, também, estabelecido nesses mesmos estatutos, um direito de preferência aplicável às alienações de ações por parte dos atuais acionistas, conforme expresso no número 1, do Art.º 7, no qual é definido que os acionistas têm direito de preferência na alienação de ações a título oneroso.

Será de referir que as aquisições e alienações de participações regem-se ainda pelo art.º 11 do DL 133/2013, de 3 de outubro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e carecem de autorização dos membros do governo das áreas das finanças e do setor de atividade.

Nesta Sociedade, nunca houve transmissibilidade de ações, mantendo-se a titularidade das ações dos acionistas anteriormente referidos.

3. Acordos parassociais

Não são conhecidos quaisquer acordos parassociais entre os sócios da Sociedade que possam conduzir a eventuais restrições.

W
sty



III.

Participações Sociais e Obrigações detidas

h
S+S

5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

Não existem quaisquer relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesse

Os Administradores da Polis Litoral Ria Formosa, S.A. não têm quaisquer participações patrimoniais na Sociedade, bem como não mantêm relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

A Sociedade possui, ainda, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.



IV.

Órgãos Sociais e Comissões

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Composição da mesa da Assembleia Geral, mandato e remuneração

A Assembleia Geral da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., tem a seguinte composição:

- Presidente: João Pinto Guerreiro.
- Secretário: Maria da Conceição J. G. Calhau.

Os membros da mesa da Assembleia Geral não têm remuneração fixa mensal, mas auferem senhas de presença.

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual em 2015 (€)			
				Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
2008 – 2015	Presidente	João Pinto Guerreiro	300,00 €	900,00 €	130,50 €	17,10 €	786,60 €
2015 – 2015	Secretário	Maria da Conceição J. G. Calhau	250,00 €	1.000,00 €	145,00 €	19,00 €	874,00 €

2. Identificação das deliberações acionistas

Os estatutos da Sociedade, de acordo com o DL n.º 92/2008, de 3 de junho, não estabelecem qualquer imposição de maioria qualificada nas deliberações dos acionistas, que são tomadas por maioria de votos expressos em Assembleia Geral, correspondendo um voto a cada 100 ações.

De acordo com os estatutos, compete à Assembleia Geral:

- Aprovar a Plano de Atividades, anual e plurianual;
- Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Deliberar sobre a emissão de empréstimos obrigacionistas e contrair outros empréstimos no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
- Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

1. Modelo de governo adotado

Conforme preconizado nos estatutos da sociedade, em anexo do Decreto-Lei n.º 92/2008, que constituiu a Sociedade, o modelo de governo adotado pela Polis Litoral - Ria Formosa, S.A. é o modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas, constituindo estes os seus órgãos sociais, de acordo com o previsto.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e que atua nos termos do art.º 19º do Anexo do DL nº 92/2008, de 3 de junho.

2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros

Nos termos dos estatutos, compete à Assembleia Geral a nomeação dos membros do Conselho de Administração. Os estatutos não preveem nenhum procedimento específico quanto à substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que se aplica as regras do Código das Sociedades Comerciais.

3. Composição, duração do mandato, número de membros efetivos

Os atuais órgãos sociais, abaixo identificados, foram eleitos até à data de dissolução da sociedade – 31 de dezembro de 2016. O Presidente do Conselho de Administração iniciou funções em 24 de outubro de 2013, foi nomeado por DSUE, o Vogal do Conselho de Administração, representante do ICNF, iniciou funções em 7 de julho de 2008, nomeado em AG, e o Vogal do Conselho de Administração, representante das Câmaras Municipais, iniciou funções em 29 de junho de 2015 nomeado em AG.

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na Sociedade	Observ.	Presenças em reuniões
2013 – 2015	Presidente	Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	DSUE 24-10-2013	1	Em funções	27/27
2008 – 2015	Vogal (1)	João Manuel da Silva Alves	AG 07-07-2008	2	Em funções	26/27
2014 – 2015	Vogal (2)	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG 29-06-2015	1	Em funções	09/12
2013 – 2015	Vogal (2)	Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	DSUE 30-12-2013	1	Substituído	05/15

Durante o ano de 2015, verificou-se a alteração do Vogal do Conselho de Administração da Sociedade, representante dos Municípios.

Conforme se verifica no quadro anterior, a assiduidade dos elementos do Conselho de Administração relativamente às 27 reuniões realizadas em 2015, é a seguinte:

- Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira Presença em 27 reuniões de 27 | 100% assiduidade

W
STZ

- João Manuel da Silva Alves Presença em 26 reuniões de 27 | 96,3% assiduidade
- Rogério Conceição Bacalhau Coelho Presença em 09 reuniões de 12 | 75,0% assiduidade
- Vítor Manuel Gonçalves Aleixo Presença em 05 reuniões de 15 | 33,3% assiduidade

4. Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes da CGS

Não aplicável.

5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros

Os elementos curriculares de cada elemento do Conselho de Administração, são os seguintes:

Presidente do CA – Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira

Data de Nascimento: 22/05/1963

Habilitações Académicas

Licenciatura em Geologia (ramo Científico), Faculdade de Ciências de Lisboa, 1986

Mestrado em Geologia Económica e Aplicada, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1991

Doutoramento em Geologia Económica e do Ambiente, Universidade de Lisboa, 1995

Atividade Profissional

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A.

Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, departamento regionalmente desconcentrado da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Vogal do CA – João Manuel da Silva Alves

Data de Nascimento: 30/06/1959

Habilitações Académicas

Licenciatura em Biologia, pela Faculdade de Ciências, da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em outubro de 1982

Pós-Graduação – Formação Avançada para Dirigentes e Quadros Superiores do ICNB, sobre “Gestão Estratégica, Controlo de Gestão, Marketing & Comunicação e Gestão de Projectos” – ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa – 17/janeiro a 30/maio/2008 (154 horas)

Atividade Profissional

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.

Assessor do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

Apoio à gestão do centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico e Secretariado Executivo do Plano de Ação de Conservação do Lince Ibérico em Portugal e da participação do ICNF no Projeto LIFE+Iberlince.

Vogal do CA – Rogério Conceição Bacalhau Coelho

Data de Nascimento: 09/04/1962

Habilitações Académicas

Licenciatura em Matemática, Ramo Educacional, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra;

Curso de Valorização Técnica Orientada para a Administração Escolar do Instituto Nacional de Administração (INA);

Curso Formação Especializada em Valorização Técnica Orientada para a Administração Escolar pela Universidade do Algarve.

Atividade Profissional

Presidente da Câmara Municipal de Faro

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A.

Vice-presidente da Câmara Municipal de Faro (2009-2013)

Pelouros: Educação, Recursos Humanos, Finanças e Património Municipal, Notariado Privativo,

Membro da assembleia estatutária da Faculdade de Ciências Sócios e Humanas da Universidade do Algarve (2009)

Membro do Conselho Científico para a Avaliação de Professores (2008 – 2009)

Representante do Algarve no Conselho das Escolas (2007 – 2009).

Membro do Conselho Municipal de Educação de Faro (2002 – 2009);

Coordenador da Delegação Regional do Algarve do Júri Nacional de Exames (1996 – 2006);

Presidente do Conselho Administrativo da Escola Secundária de Pinheiro e Rosa (1994 – 2009);

Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Pinheiro e Rosa (1994 – 2009);

Presidente do Órgão de Gestão da Escola Secundária de Pinheiro e Rosa (1994 – 2009);

Docente de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade do Algarve (1990 - 2000);

Membro do Conselho Diretivo da Escola Secundária João de Deus (1990 – 1994);

Professor do Quadro de Escola desde 1988/89;

Professor contratado em 1987/88;

Estágio Pedagógico na Escola Secundária Avelar Brotero (Coimbra) em 1986/87;

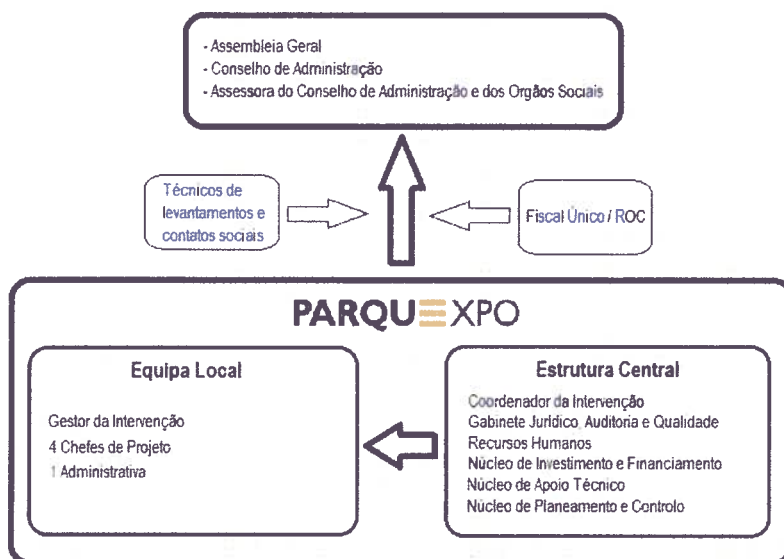
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação superior a 2% dos direitos de voto

Os membros do Conselho de Administração não têm relações familiares, profissionais ou comerciais com os Acionistas.

7. Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais

As competências atribuídas aos vários órgãos sociais são as expressas no Decreto-Lei n.º 92/2008, que constituiu a Sociedade, não se tendo produzido, até ao momento, qualquer alteração das mesmas nem alterado o Organograma daí resultante. A Sociedade tem um contrato, até 31 de março de 2016, de prestação de serviços com a Parque Expo 98, S.A. para a direção, coordenação geral da intervenção na Ria Formosa, funcionando em articulação direta com o Conselho de Administração, de acordo com o seguinte organograma:

Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A.



8. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo

Esta Sociedade, por força dos seus estatutos, não tem Conselho Geral e de Supervisão, nem tão pouco Conselho de Administração Executivo.

O Conselho de Administração toma as deliberações, em colégio, em reuniões, tendo sido realizadas 27 em 2015.

Ao nível dos órgãos Sociais podemos observar que:

- a Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos acionistas da Sociedade;
- o Conselho de Administração é constituído por 3 membros – um presidente e dois vogais – designados em Assembleia Geral. A este Conselho de Administração compete a gestão da atividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos, sendo que, no caso da Polis Litoral – Ria Formosa, S.A., esta não atribuiu funções e responsabilidades específicas aos seus membros;
- o Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, tem poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas. Neste âmbito de atuação, a Sociedade não recorre a serviços de Auditoria Externa.

De acordo com a deliberação na Assembleia Geral de 3 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração apenas poderá realizar investimentos constantes do Plano Estratégico, ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as fontes de financiamento.

Ainda, de acordo com o Despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 28 de abril de 2011, no seu ponto 6, define-se que os investimentos que excedam em termos individuais 5% do capital social, mesmo estando previstos em planos de investimento já aprovados, estão sujeitos à autorização prévia da assembleia geral, através da deliberação pelos membros do Governo responsável pela área das finanças e pelo setor, não podendo o órgão de gestão assumir qualquer tipo de compromisso sem obtenção da competente autorização.

Os membros do CA, por terem sido nomeados por inerência, exercem funções no seu local de origem, a saber:

- O Presidente do CA, Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira, exerce funções como Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, departamento regionalmente desconcentrado da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., conforme Despacho 5272/2013, de 19 de abril de 2013;
- O Vogal João Manuel da Silva Alves, exerce funções como Assessor do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.
- O Vogal Rogério Conceição Bacalhau Coelho exerce funções como Presidente da Câmara de Faro.

Tratando-se de Administradores não executivos, a sua avaliação do desempenho tem sido efetuada de acordo com a versão atualizada do DL n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público – conforme definido no ponto n.º 3, do art.º 6º, no qual se indica que a avaliação de desempenho é efetuada por proposta do acionista maioritário formulada em assembleia geral. Por outro lado, o órgão de fiscalização, segundo o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial – valida o cumprimento das exigências relativas ao relatório de boas práticas do governo societário, conforme ponto 2 do art.º 54.

9. Comissões existentes no órgão de Administração ou Supervisão

Nesta Sociedade não foram constituídas quaisquer Comissões.

C. FISCALIZAÇÃO

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros efetivos e suplente

Esta Sociedade, por força dos seus estatutos, não possui Conselho Fiscal.

2. Identificação dos membros da fiscalização

Não aplicável.

3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos seus membros

Não aplicável.

4. Funcionamento da fiscalização

Não aplicável.

D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC) / FISCAL ÚNICO

1. Identificação do ROC / SROC

O cargo efetivo de Revisor Oficial de Contas corresponde ao Fiscal Único, renomeado em Assembleia geral de 28 de dezembro de 2013, DFK & Associados – SROC, S.A. – n.º 149, representada pela Dra. Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro, ROC n.º 1024. O ROC exerce funções da Sociedade desde 2008, tendo sido nomeado para o triénio 2008-2010, tendo ainda sido nomeado até à data de dissolução da Sociedade em 31 de dezembro de 2016.

O Revisor Oficial de Contas (ROC) / Fiscal Único, está presente nas reuniões de Assembleia Geral, às quais tem sido assíduo, e substitui o Presidente da Mesa na ausência deste.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Mensal (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Forma ⁽¹⁾	Data	Limite Fixado	Contratada c/IVA 23%	
2012 – 2015	Efetivo	DFK & Associados – SROC,SA	149	AG	28-12-2013	1.442,13 €	943,00 €	2
2012 – 2015	Suplente	Manuel Lázaro Oliveira Brito - ROC	850	AG	28-12-2013	1.442,13 €	---	0

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
DFK & Associados – SROC,SA	12.177,00 €	861,00 €	---	11.316,00 €

O valor original de 2.750,00 €/Trimestre + IVA da prestação de serviços foi reduzido ao longo da contratação, tendo por base as orientações e as negociações realizadas. Atualmente, após as diversas reduções remuneratórias, o valor anual bruto pago em 2015 foi de 11.316,00 €.

Revisor Oficial de Contas (ROC) / Fiscal Único – Representante: Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro

Data de Nascimento: 05/03/1967

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas (Instituto Superior Gestão – 1990)

Atividade Profissional

Revisora Oficial de Contas

Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

A DFK & Associados é uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas constituída em 2004, contando atualmente com 6 revisores oficiais de contas e cerca de 30 colaboradores, que tem por atividade a realização de trabalhos de Auditoria, Revisão Legal de Contas e Consultoria Financeira e Fiscal, dispondo de escritórios em Lisboa e Faro.

No âmbito de serviços prestados a DFK & Associados desenvolve trabalhos para um universo muito alargado de clientes, privados e públicos, abrangendo essencialmente sociedades de média dimensão, incluindo grupos de sociedades, e também empresas de menor dimensão. Tem vindo a desenvolver trabalhos também relacionados com a revisão de contas de diversos Municípios e Empresas Locais, trabalhos de consultoria na área financeira, bem como serviços prestados na área de verificação da execução de projetos financiados por fundos comunitários para diversas entidades de natureza pública.

Para entidades privadas são efetuados trabalhos de Auditoria/Revisão Legal de Contas, consultoria financeira e fiscal, para diversas Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas, Associações e Entidades sem Fins Lucrativos, abrangendo variados setores de atividade.

2. Indicação das limitações legais

De acordo com o n.º 2, do art.º 54, do estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (na redação aprovada pelo DL n.º 224/2008), nas entidades de interesse público o período máximo de exercício de funções de auditoria pelo sócio responsável pela orientação e execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de dois anos.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da Sociedade

A primeira nomeação ocorreu na reunião da Assembleia Geral, realizada em 7 de julho de 2008.

4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à Sociedade

No decurso do ano de 2015, o Revisor Oficial de Contas não prestou qualquer outro serviço à Sociedade.

E. AUDITOR EXTERNO

A Sociedade, por força dos seus estatutos, não possui auditor externo.

h
sky



V.

Organização Interna

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

1. Alteração dos estatutos da Sociedade – Regras aplicáveis

Os estatutos da Sociedade encontram-se publicados no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2008, que constituiu a Sociedade, tendo sido efetuadas as seguintes alterações, que constam da certidão permanente:

- Alterado o art.º 3º - Duração: prorrogada a data de dissolução da Sociedade, até 31 de dezembro de 2016.

2. Comunicação de irregularidades

No decurso do ano de 2015, não ocorreram quaisquer irregularidades.

As medidas de controlo de irregularidades que venham eventualmente a ocorrer na Sociedade, estão definidas em Plano.

3. Indicação de políticas antifraude

A Sociedade elaborou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 23 de maio de 2013, com base nas recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual se encontra publicitado no site da Sociedade.

Em 3 de novembro de 2015 e seguindo as orientações constantes do ofício Circular nº 4766, do Conselho de Prevenção e Corrupção, que procede à divulgação das Recomendações nº 1/2015, de 07 de janeiro, e nº 3/2015 de 01 de julho, o Conselho de Administração analisou e aprovou o Relatório de Monitorização onde é feita uma avaliação ao Plano, uma análise à sua implementação e uma avaliação das medidas de prevenção propostas.

Assim, a Sociedade pauta toda a sua atividade no estrito cumprimento da legislação e regulamentos em vigor, e dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado, com o objetivo de assegurar a melhoria e transparência do governo societário.

As medidas de controlo de irregularidades ocorridas na Sociedade estão definidas no referido Plano.

B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A Sociedade tem um sistema de controlo adequado à sua dimensão e complexidade, de modo a proteger os seus investimentos e ativos. Este sistema, exercido pela entidade gestora (Parque Expo 98, S.A.) e que respeita o seu organograma, garante que não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública como se observa um conjunto de normas e procedimentos, internos a esta entidade, que garantem na

generalidade a gestão da qualidade em várias matérias entre as quais se destacam as de controlo orçamental e de despesa. Desta forma, a Sociedade atua com pleno conhecimento dos riscos relevantes assumidos, monitorizando-os e controlando-os.

O Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, tem poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas, emitindo pareceres sobre as contas da Sociedade e alertando o Conselho de Administração para qualquer assunto que deva ser ponderado a pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

Verifica-se a existência de múltiplas condicionantes ao desenvolvimento da atividade da Sociedade o que irá interferir na concretização da intervenção.

Afinal será de observar que a criação da Sociedade teve como objeto a realização de um investimento que, ora, se estima em 87 milhões de euros. Nesta sequência, foram previstas diversas fontes de financiamento necessárias à realização da Intervenção, pelo que se pensa que a gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Assinalam-se que, em matéria de gestão de risco financeiro, a Sociedade, por via do seu Conselho de Administração, tem prosseguido o objetivo de “garantir” atempadamente as fontes de financiamento através da realização proativa de variadas ações, quer de sensibilização dos agentes diretamente envolvidos, quer de insistência junto das Tutelas respetivas. Não obstante este procedimento, a Sociedade ainda não “garantiu contratualmente” todo o financiamento que a Intervenção Polis Ria Formosa requer.

Ainda assim, em acordo com o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, assinalam-se o que da análise de risco é considerado ser de destacar:

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	s	n	na	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva:				<p>O sistema de gestão de riscos existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ A proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e Câmaras Municipais); ➢ A estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis pelas áreas funcionais da Sociedade.
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			<p>Existe o risco de ser posta em causa a concretização integral da intervenção Polis Litoral Ria Formosa, em especial no acesso aos Fundos Comunitários, face à alteração dos quadros comunitários.</p> <p>Independentemente dos esforços desenvolvidos pela Sociedade, ainda não foram asseguradas as fontes de financiamento provenientes da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e da DocaPesca, para além da realização integral do Capital social pelo acionista Município de Olhão.</p>
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	<p>Não aplicável para o ano de 2015, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa, S.A. não recorreu ao financiamento bancário durante esse ano, nem em anos anteriores.</p>

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	s	n	na	
Diversificação de entidades credoras			x	Atualmente a Polis Litoral Ria Formosa, S.A. não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão maioritariamente relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua seleção resulta de processos de contratação que seguem as normas legalmente em vigor.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas, os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes:				A atuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico, mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios, fundos comunitários e protocolos com a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (ainda não assinado) e com as entidades sucedâneas do ex-IPTM.
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Minimização da prestação de garantias reais			x	Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa:				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	O plano plurianual da intervenção tem sido objeto de acompanhamento pelos Acionistas, através da apresentação dos relatórios de atividades trimestrais onde se explicitam as principais dificuldades e condicionalismos ao desenvolvimento da Intervenção. O Conselho de Administração tem procurado assegurar que as fontes de financiamento previstas no Plano Estratégico venham a ser efetivamente realizadas.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a valorização e requalificação da Ria Formosa, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes, por um lado, a garantia de existência de capitais próprios disponíveis e, por outro, o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	s	n	na	
Inclusão nos R&C:				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente, entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.
Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira:			x	A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de swap.

Legenda:

FC – fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – sim

N – Não

N.A. – Não aplicável

C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

1. Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos

Ao nível interno, a atividade da Polis Litoral - Ria Formosa, S.A. é assegurada até 31 de março de 2016 pela Parque EXPO 98, S.A., no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado. Esta empresa não se limita a promover atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, mas também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto da Sociedade, bem como presta apoio aos seus órgãos sociais.

Para além do exposto, a Sociedade adotou um conjunto de procedimentos administrativos, aprovados, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes e cumprem a legislação e regulamentação em vigor. Já ao nível externo a Sociedade atua de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

2. Códigos de conduta e de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral - Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar e encontra-se divulgado a todas as partes interessadas e disponível para consulta na sede da Sociedade e no seu site (www.polislitoralriiformosa.pt), integrado nos “Princípios do Bom Governo”. As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa, constituem ainda uma

referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

3. Plano de ação para prevenir fraudes internas e externas

A Sociedade elaborou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em maio de 2013, com base nas recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual se encontra devidamente publicitado no site da Sociedade (www.polislitoralriaformosa.pt). Na sequência das orientações constantes do recente ofício circular nº 4766 da DGTF, de 18/08/2015, divulgando as recomendações n.º 3/2015, de 1 de julho e n.º 1/2015, de 7 de janeiro, foi produzido o relatório anual que integra, como anexo, o R&C 2015 desta Sociedade.

D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

A Sociedade utiliza várias plataformas para o cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira [alíneas d) a i) do artigo 44º, do Decreto-Lei nº 133/2013]), bem como para o cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita (nos termos do nº 1 do artigo 45º do Decreto-Lei nº 133/2013), tais como: o site da Sociedade, o site do SEE, do SIRIEF e da DGO.

E. SÍLIO DE INTERNET

Toda a informação relevante da Polis Litoral – Ria Formosa, SA, nomeadamente:

- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;
- Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;
- Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
- Documentos de prestação de contas anuais,

encontra-se disponibilizada no site da Sociedade, em www.polislitoralriaformosa.pt

F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer contrato entre o acionista Estado e a Sociedade Polis Litoral - Ria Formosa, S. A. em que aquele tenha confiado a esta a prestação de um serviço público ou de interesse geral.

Acresce recordar que a Sociedade prossegue a missão que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 90/2008, publicado em 3 de junho, que a constituiu, tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na “Ria Formosa”, no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria Formosa, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa,



aprovado pelos acionistas na reunião da Assembleia Geral de 3 de dezembro de 2010, atualmente promovida pelo Ministério do Ambiente, que envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização ambiental, tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais, definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho.

2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade.

Não aplicável atendendo ao exposto no número anterior.

VI.

Remunerações

VI. REMUNERAÇÕES

A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

A determinação da remuneração dos órgãos sociais é da competência da Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º - Competências da Assembleia Geral dos Estatutos da Sociedade.

A Sociedade não possui Comissão Executiva, nem dirigentes.

Em anexo apresentam-se as declarações dos membros do órgão da administração referindo que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

A Sociedade não possui Comissão de Fixação de Remunerações.

C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

O valor das remunerações é atribuído pelos Acionistas da Sociedade, Estado e Câmaras, sendo que os membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração recebem apenas senhas de presença, às quais foram aplicadas as reduções previstas na lei. O valor remuneratório do Fiscal Único é equivalente a 22,5% da remuneração global de um presidente do Conselho de Administração de empresa do grupo C, ao qual deverão também ser aplicadas as reduções previstas na lei.

Não há quaisquer componentes de remunerações variáveis e não são atribuídos quaisquer prémios de gestão.

Não foi atribuído qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Os valores das remunerações dos órgãos sociais estão publicitados no site da Sociedade, bem como no portal do SEE e constam do ponto 3.5 do Relatório e Contas 2015, de acordo com os seguintes quadros:

Mesa Assembleia Geral

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual em 2015 (€)			
				Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
2008 – 2015	Presidente	João Pinto Guerreiro	300,00 €	900,00 €	130,50 €	17,10 €	786,60 €
2015 – 2015	Secretário	Maria da Conceição J. G. Calhau	250,00 €	1.000,00 €	145,00 €	19,00 €	874,00 €

Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual em 2015 (€)					
	Variável	Fixa **	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor Final ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	6.750,00 €	978,75 €	128,25 €	5.899,50 €
João Manuel da Silva Alves	---	---	5.200,00 €	754,00 €	98,80 €	4.544,80 €
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (*)	---	---	---	---	---	---

* Desempenhou funções até 30/06/2015

Revisor Oficial de Contas (Roc) / Fiscal Único

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
DFK & Associados – SROC,SA	12.177,00 €	861,00 €	---	11.316,00 €

Não há outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, não havendo por isso lugar a quaisquer pagamentos de montantes aos órgãos sociais.

Não há lugar a quaisquer pagamentos de remunerações em forma de participação nos lucros e/ou prémios.

Não havendo administradores executivos, não são efetuados quaisquer pagamentos de indemnizações.

W
SAS

VII.

Transações com partes relacionadas e Outras

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Não existem transações com entidades relacionadas e os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços têm critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que asseguram a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.

As transações efetuadas pela Sociedade cumpriram o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Todas as transações relativas a aquisição de bens e serviços ocorreram em condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos, com valor que seja superior a um milhão de euros.

Relativamente aos contratos das empreitadas, cujo valor faturado excedeu 1 milhão de euros, verificou-se o seguinte:

- Intervenção e Requalificação dos Ilhotes (Altura, Côco, Cobra, Ramalhetes e Ratás) e Ilha Deserta (Ramalho Rosa Cobetar, S.A.)..... 1.623.600,01 €, c/ IVA
- Requalificação das Quatro Águas – Tavira – Bloco A (Vibeiras, S.A.) 2.439.764,39 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 1 – Tavira (Ramalho Rosa Cobetar, S.A.) 1.336.933,86 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.1 – Faro / Olhão (Rohde Nielsen A/S) 1.840.080,00 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.2 – Esteiro do Ramallete / Barra do Ancão (Sofareia, S.A.) 2.300.078,92 €, c/ IVA

W
S+Z

VIII.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A. ESTRATÉGIAS ADOTADAS

A Sociedade Polis Litoral - Ria Formosa, S.A. é um exemplo de associação formal entre a Administração Central e um conjunto de Câmaras Municipais, no caso as Câmaras de Loulé, Faro, Olhão e Tavira, e tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico. Iniciou a sua atividade a 7 de julho de 2008, com a realização da primeira reunião da Assembleia Geral da Sociedade.

Esta Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3, do artigo 1.º, do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o quadro estratégico da intervenção, elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

É este enquadramento que baliza a atividade da Sociedade, cujos eixos de desenvolvimento lhe conferem a prossecução do desenvolvimento sustentável do território.

No ano de 2015 foram cumpridas em parte, dados os condicionamentos havidos e já acima expostos, as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

Assim, no ano de 2015, foram executadas e concluídas as empreitadas de *"Intervenção e Requalificação dos Ilhotes (Ratas, Côco, Altura, Cobra, Ramalhetes) e Ilha Deserta"*, de *"Requalificação das Quatro Águas - Tavira - Bloco A"*, e do *"Plano de Praia dos Cavacos"*, de *"Intervenção de Requalificação da Península do Ancão (Nascente e Poente) – 1ª Fase"*, de *"Requalificação Paisagística da Ligação entre Pedras d'El Rei – Santa Luzia"*, de *"Parque Ribeirinho de Olhão – Renaturalização dos tanques de piscicultura"*; de *"Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 1 – Tavira"*, de *"Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.1 – Faro/Olhão"*, de *"Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.2 – Esteiro do Ramalhe e Barra do Ancão"*, de *"Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de*



Risco – Intervenção 3.1 – Canal e Área Interior do Delta de Vazante da Barra da Armona” e do “Parque Ribeirinho do Ludo”, ocorrendo também a conclusão dos vários projetos.

Para além da realização das empreitadas referidas anteriormente, foram lançadas os concursos para contratação das empreitadas de “Prolongamento norte do Parque Ribeirinho de Faro”, de “Estacionamento Exterior à Ilha de Faro” e de “Requalificação do Acesso à Ilha de Faro”, que terão início em 2016.

Por outro lado, aguarda-se pela resolução dos processos judiciais em curso com vista à execução, em 2016, das empreitadas de “Intervenção e Requalificação da Ilha da Culatra – Núcleo dos Hangares” e de “Intervenção e Requalificação da Ilha da Culatra – Núcleo do Farol Nascente”, que já têm visto prévio do Tribunal de Contas e que serão candidatas em 2016 aos novos financiamentos comunitários no âmbito do POSEUR.

Por outro lado, ao nível do financiamento, e após a reformulação das Prioridades no âmbito da candidatura aprovada pelo POVT verificou-se a redução de financiamento comunitário global disponível no POVT para as ações a promover por esta Sociedade.

No âmbito dessa candidatura já aprovada pelo POVT, será de recordar que foram efetuadas alterações nas ações consideradas em cada Prioridade, destacando-se as seguintes:

- Reconsideração, pelo POVT, da anterior elegibilidade da ação da ponte e dos acessos à praia de Faro, eliminando assim a possibilidade de efetuar a sua comparticipação financeira;
- Alteração da Prioridade B para a prioridade A, das ações relativas ao PIR da Culatra – Núcleo dos Hangares e do PIR da Culatra – Núcleo do Farol Nascente, o que permitiu, no final de 2014, o lançamento dos concursos para essas empreitadas;
- Muito depois da aprovação, veio posteriormente o POVT referir a identificação de não elegibilidades na empreitada da Requalificação das Quatro Águas.

Também, as candidaturas aos financiamentos comunitários efetuadas ao abrigo do POAlg21 sofreram de dificuldades na sua validação, prolongando-se no tempo a sua avaliação e aprovação final. Esta foi uma situação recorrente, que retardou o lançamento dos concursos das empreitadas, uma vez que de acordo com as orientações da AG só será possível o seu lançamento com financiamento assegurado. No entanto, foi obtido o respetivo financiamento e executadas todas as empreitadas previstas, com exceção do Parque Ribeirinho de Olhão.

A estas circunstâncias juntam-se outras verificadas no desenvolvimento das diversas ações que contribuíram também para os atrasos registados, como se mostra de seguida, ação a ação:

- No âmbito da renaturalização, somente o PIR do Ancão – 2ª fase – Demolição de 1ª habitação, ficará a aguardar pelo necessário realojamento, por parte da CM de Faro, dos agregados considerados de 1ª e única habitação, e pelo financiamento do POVT, atualmente considerado como Prioridade B.
- Por outro lado, no âmbito da Reestruturação, foi necessária a definição dos critérios de ACB cuja indefinição inviabilizou durante bastante tempo a realização dos projetos relativos às componentes do núcleo edificado. O atraso verificado e as dificuldades esperadas de execução das demolições das edificações, levaram à divisão dos projetos em componentes – zonas de acostagem, planos de praia e núcleos edificados. A opção de divisão dos projetos por componentes permitiu que se desenvolvessem os projetos de execução e se realizem as empreitadas das duas primeiras componentes, caso seja essa a opção e haja financiamento. Entretanto, será necessária a validação das opções consideradas para se efetuar a conclusão da totalidade dos projetos e a sua aprovação.
- Com vista ao realojamento dos residentes nas zonas nascente e poente da Ilha de Faro, será necessário garantir previamente o realojamento a promover pela C. M. de Faro. A empreitada relativa à demolição destas habitações só será possível de realizar após o realojamento dos respetivos agregados, a efetuar após a construção das habitações. No entanto, após a aprovação formal deste PIR em 2014 foi possível a contratação de uma empreitada parcial, com financiamento garantido na Prioridade A – POVT, que deu início em janeiro de 2015, à remoção das construções que não tenham sido identificadas como 1ª e única habitação, deixando para uma fase posterior a remoção das restantes, após o realojamento dos seus residentes.
- Os atrasos verificados no Plano de Pormenor da Praia de Faro, deveram-se à dificuldade de articulação e definição de soluções, face às várias condicionantes. Na sequência da validação para o desenvolvimento da Proposta de Plano, com base no documento síntese, com proposta de intervenção e de necessidades de financiamento, em articulação com a C. M. de Faro e as restantes entidades, encontra-se concluída a Proposta de Plano, para aprovação em Comissão Específica em data a agendar, após validação da C. M. de Faro. A implementação das ações previstas no Plano, com exceção da Ponte, acesso à Praia e estacionamento exterior, sujeito a um processo de AIA, já concluído com a emissão do DCAPE, só será no entanto possível após a aprovação do Plano de Pormenor em Assembleia Municipal, pela C. M. de Faro. Para a execução das ações previstas no Plano de Pormenor será necessário garantir previamente o seu financiamento, nunca antes previsto em sede de Plano Estratégico.
- Para a concretização da totalidade do projeto de requalificação das Quatro-Águas foi promovida a realização de inspeções das condições existentes do cais, que indicaram a necessidade de se equacionar a construção de uma infraestrutura alternativa, cujo projeto, com vista à sua substituição, após análise e validação de soluções junto do IPTM, se encontra concluído. Para o Bloco D - Parque de estacionamento, eventualmente a concessionar, será necessário o estabelecimento de um protocolo

com o proprietário, com vista à disponibilização dos terrenos abrangidos. Para o Bloco C - Doca de recreio, poderá ser necessária a elaboração de um EIA, a executar no âmbito de uma eventual concessão. A empreitada relativa ao Bloco A – Acesso Viário, encontra-se concluída. Quanto à empreitada do Bloco B – Cais, será lançada, após vir a ser assegurada a garantia de financiamento por parte da DocaPesca (ex-IPTM).

- Os atrasos verificados no lançamento de empreitadas relacionadas com alimentação artificial de praias, transposição de barras, recuperação dunar e lagunar, deveram-se à demora da execução dos estudos elaborados pelo LNEC e da validação junto das diversas entidades. Com base nesses estudos e na prolongada e diversificada discussão com entidades e associações, foi elaborado o Plano de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira, cujos projetos de execução e respetivos DCAPE, no âmbito do processo de AIA foram já emitidos. No decurso do ano de 2015 foram executas as respetivas empreitadas.

Tudo isto implicou algum atraso na execução física e portanto também na financeira.

B. POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

A Sociedade define as suas regras segundo um modelo de governo que se orienta para um nível de desempenho elevado que contribui para a difusão de boas práticas, onde se incluiu a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental. Esta atuação tem em conta a igualdade de oportunidades, promove mecanismos adequados de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões.

C. FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL:

I. Responsabilidade Social

A Sociedade promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

A Sociedade aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus Colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

II. Responsabilidade ambiental

A Sociedade tem como objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira, visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos piscatórios marítimos e lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na Ria Formosa, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

Apresenta-se em seguida alguns exemplos relativos a 2015:

- aquisição de papel, blocos de notas e envelopes reciclados;
- separação e entrega de resíduos para reciclagem;
- inclusão de critérios ambientais na avaliação de propostas de vários concursos realizados.

Para além dos critérios de avaliação referidos, a Sociedade, introduziu nos processos de concurso um documento que contém orientações ambientais, o qual visa que as equipas de projetistas concebam espaços que permitam a curto, médio e longo prazo, contribuir para a minimização das emissões de carbono, fomentando a utilização de fontes de energia renováveis para iluminação, o eficiente consumo de recursos, nomeadamente, água e materiais e a atenuação do impacto dos efluentes, emissões, resíduos, ruído para o exterior e níveis urbanos de calor para o exterior.

A Sociedade prossegue a sua atividade de acordo com um “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente”, em cumprimento das melhores práticas ambientais, reconhecendo o interesse, no âmbito das suas atividades, em prosseguir boas práticas de gestão ambiental, consistentes com os princípios inerentes ao respeito pelo ambiente e pelos recursos naturais, nomeadamente através do cumprimento da legislação aplicável e da adoção voluntária de medidas concretas de redução do impacto ambiental da sua atividade, de racionalização do uso e de proteção daqueles recursos.

III. Responsabilidade Económica

A competitividade da empresa é um desígnio a cumprir no desenvolvimento das suas atividades. Deste modo, e entre outros, a realização de estudos, projetos e empreitadas revelaram e revelam novos conceitos e modelos inovadores adaptando-se e evoluindo, em parte, dada a legislação de

W
STZ



referência ser recente. Quanto ao desenvolvimento e integração das novas tecnologias na “produção” apenas se refere que é total e em evolução contínua.

A Polis Litoral - Ria Formosa, S.A. tem a sua ação limitada no tempo, pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico.

A criação de valor para os acionistas é real, porquanto os mesmos prosseguem o interesse público e o projeto vai ter, como foi várias vezes referido publicamente por “todos” os stakeholders, um impacto claramente positivo na população afetada. A criação de valor obtém-se através da implementação de medidas que contabilizem o risco associado à atividade, gerindo assim o tempo e o custo do projeto, mantendo-se estes dentro do previsto, mesmo que se possa, eventualmente, ter de, pontualmente, alterar o âmbito que se adequa à realidade que se quer implementar e que visa a requalificação urbana e ambiental da área a intervencionar. Daqui resulta que se procura o aumento de produtividade, a orientação para o cliente bem como a minimização dos riscos associados ao projeto.

IX.

Avaliação do Governo Societário

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Nesta matéria será de lembrar que a criação da Sociedade teve como objeto a realização de um investimento que, ora, se estima aproximadamente em 87 milhões de euros e também que aquela tem a sua ação limitada no tempo, pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico.

Nesta sequência a avaliação do Governo Societário que ora se expõe apenas reflete o grau de cumprimento de recomendações emanadas pelos Acionistas e do respeito pela norma e que, duma maneira, geral podemos traduzir em:

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
<i>Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;</i>	X			100 %	
<i>Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;</i>	X			100 %	
Gestão do Risco Financeiro	X			100 %	
Limites de Crescimento do endividamento			X		Não tem endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	X			5 dias	Aumento relativamente ao PMP de 21 dias, verificado em 2014.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X		
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:					
<i>Recomendação 1, na AG de 03-12-2010: O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamentos</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
<i>Recomendação 2, na AG de 03-12-2010: O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2010 ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
<i>Recomendação 3, na AG de 30-12-2015: O Conselho de Administração deve assegurar o cumprimento integral dos deveres especiais de informação constantes do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e que seja dado cumprimento integral ao disposto no artigo 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro</i>	X			100 %	

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Remunerações:					
Não atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 41º da Lei 82-B/2014	X				À semelhança dos anos anteriores, não houve qualquer atribuição de Prémios de Gestão
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			1.745,10 €	Redução do valor das senhas de presença
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos nos termos art.º 75º da Lei 82-B/2014	X			861,00 €	A SPLRF não possui auditor externo. Considerou-se a redução da remuneração do ROC.
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			1.003,69 €	Todos os trabalhadores foram abrangidos por reduções nos termos da legislação
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014	X			100 %	Não existiram quaisquer valorizações remuneratórias.
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X				Os membros do CA não possuem cartão de crédito, atribuído pela SPLRF.
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				Os membros do CA não realizaram despesas de representação pessoal.
Despesas não documentadas – n.º 2 do art.º 16 do DL n.º 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		X			Não há discriminação de remunerações, decorrendo o prazo para a elaboração do relatório.
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		A SPLRF não possui participadas.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			(8) 9.793.412,67€	8 Vistos do TdC e valor c/ IVA
Prevenção da corrupção – n.º 1 do art.º 46º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X				www.polislitoralriaformosa.pt
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendações			X	0	Em 2015 não foi realizada qualquer auditoria pelo TdContas.


Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Parque Automóvel					Não houve variação.
N.º de viaturas	X			1	A SPLRF possui somente uma viatura para uso do serviço
Gastos com viaturas	X			6.646,24€	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)					
Redução de trabalhadores (Art.º 60º da Lei 82-B/2014)					
N.º de trabalhadores			X		
Volume de Negócios / N.º de trabalhadores					
N.º cargos dirigentes			X		
Princípio da Unidade de Tesouraria	X				
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X			100%	Todas as aplicações financeiras encontram-se no IGCP
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Não existem juros auferidos em incumprimento da UTE

Legenda: S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

Olhão, 29 de março de 2016

O Conselho de Administração,


Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
(Presidente do Conselho de Administração)


João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)


Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal do Conselho de Administração)



Anexo I.

Declarações dos membros do Conselho de Administração sobre
conflitos de interesse

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral
Inspeção Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

Registada c/Aviso Receção

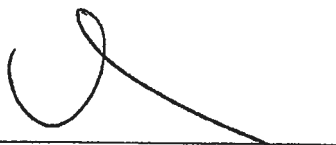
VI ref.	VI data	NI ref.		Data	
Your ref.	Your date	Our ref.	101.14.CT0085/SBT.ci	Date	2014-02-05

ASSUNTO ENVIO DE DECLARAÇÃO
SUBJECT

Serve o presente para informar V.Ex.^a que integro, na qualidade de Presidente, o Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (Sociedade Polis Litoral Ria Formosa), eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 24 de outubro de 2013.

Para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007 e do n.º 22 da RCM n.º 49/2007, procedo ao envio da declaração em anexo.

Com os melhores cumprimentos,



Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
(Presidente do Conselho de Administração)

Anexos: o mencionado.

DECLARAÇÃO

Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira, titular do cartão do cidadão n.º 06298260 5ZY4, residente na Urbanização da Fornalha, Lote 7, 8700-072 Moncarapacho declara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do art. 22.º do Decreto-lei n.º 71/2007 e do n.º 22 da RCM n.º 49/2007, que não possui quaisquer participações ou interesses patrimoniais, directos ou indirectos, na Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A.

Faro, 25 de outubro de 2013

O Declarante,




(Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira)

DECLARAÇÃO

João Manuel da Silva Alves, titular do Bilhete de Identidade n.º 5 196 323, com o NIF 104 262 753, residente em Rua Marechal Costa Gomes, 88, 3º Dt.º, 2750-823 CASCAIS, declara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do art. 22.º do Decreto-lei n.º 71/2007 e do n.º 22 da RCM n.º 49/2007, que não possui quaisquer participações ou interesses patrimoniais, diretos ou indiretos, na Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Formosa, S.A..

Olhão, 08 de maio de 2015

O Declarante,



(João Manuel da Silva Alves)

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral
Inspeção Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

Registada c/Aviso Receção

VI ref.	VI data	N/ ref.	101.16.CT0164/RBC.ap	Data	2016-03-29
Your ref.	Your date	Our ref.		Date	

ASSUNTO ENVIO DE DECLARAÇÃO
SUBJECT

Serve o presente para informar V.Exa. que integro, na qualidade de Vogal, o Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (Sociedade Polis Litoral Ria Formosa), eleito na reunião de Assembleia Geral, de 29 de junho de 2015.

Para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007 e do n.º 22 da RCM n.º 49/2007, procedo ao envio da declaração em anexo.

Com os melhores cumprimentos,



Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal do Conselho de Administração)

Anexo: o mencionado.

DECLARAÇÃO

Rogério Conceição Bacalhau Coelho, titular do Cartão de Cidadão n.º 06053058, com o NIF 142 018 155, residente em Rua Luís de Camões, Lt 1, 1ºF, 8000-388 Faro, declara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do art. 22.º do Decreto-lei n.º 71/2007 e do n.º 22 da RCM n.º 49/2007, que não possui quaisquer participações ou interesses patrimoniais, diretos ou indiretos, na Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Formosa, S.A..

Olhão, 29 de março de 2016

O Declarante,



Rogério Conceição Bacalhau Coelho



Anexo II.

Declarações dos membros do Conselho de Administração sobre decisões que envolvam os seus próprios interesses (nos termos do artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Olhão, 29 de março de 2016

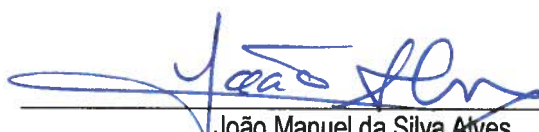


Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
(Presidente do Conselho de Administração)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, João Manuel da Silva Alves declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Olhão, 29 de março de 2016




João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Rogério Conceição Bacalhau Coelho declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Olhão, 29 de março de 2016



Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal do Conselho de Administração)



Anexo III.

Relatório e parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2015, a atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do trabalho efetuado, tanto quanto é do nosso conhecimento, não foram detetadas situações de incumprimento das orientações legais em vigor para o sector empresarial do Estado, em especial as orientações relativas às remuneratórias vigentes em 2015, e da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSPE, o qual estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir, que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 4 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

Anexo IV.

Práticas de boa governação societária – Grelha de validação

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		6	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		9	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X			X	11	
3.	Acordos parassociais.	X			X	12	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			X	14	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X			X	14	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X			X	14	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	14	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X			X	15	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X			X	15	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		17	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		17	
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		18	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		18	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		18	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		19	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X			X	20	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X			X	20	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X			X	21	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X			X	22	Não aplicável
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		22	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		22	Não aplicável
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		23	Não aplicável
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		23	Não aplicável
D. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		23	
2.	Indicação das limitações, legais.	X			X	24	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X			X	24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X			X	24	
E. Auditor Externo							
1.	Identificação.	X			X	24	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X	24	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X	24	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X	24	Não aplicável
V. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	26	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		26	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		26	
B. Controlo Interno e gestão de riscos							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X			X	26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X			X	26	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X			X	26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X			X	26	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X			X	26	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X			X	27 29	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X			X	27 29	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X			X	27 29	
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		29	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		29	
3.	Plano de ação para prevenir fraudes internas e externas	X		X		30	
D. Deveres Especiais de Informação		X		X		30	
E. Sítio de Internet							
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		30	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral		X			X	30	Não aplicável
VI Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X			X	33	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
	Composição.	X			X	33	Não aplicável
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	33	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X			X	33	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		33	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X			X	33	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X			X	33	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X			X	33	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		33	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X			X	33	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X			X	33	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X			X	33	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		33	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		33	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X			X	36	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações.	X			X	36	Não aplicável
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		38	
2.	Políticas prosseguidas.	X			X	41	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: Responsabilidade social Responsabilidade ambiental Responsabilidade económica.	X			X	41 42	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X			X	45	
2.	Outras informações		X				